



INFORMATIVO

Sindianápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores
Públicos Municipais de Anápolis

A voz, a vez, o espaço e a verdade do servidor

Edição nº 6 – outubro de 2011

ATRASADOS DE 96 E 2000

TCM diz que salário funcional não prescreve

Em audiência junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), em Goiânia, no dia 27 de setembro, diretores do Sindianápolis e assessores da Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Anápolis foram informados de que não prescreveu a dívida do município relativa a salários atrasados que remontam aos anos de 1996 e 2000.

“Para os membros do TCM trata-se de direito adquirido”, disse Zeomar Gordo, vice-presidente da Afapema (Associação dos Aposenta-

dos e Pensionistas do Município de Anápolis) e vice-presidente do Conselho Deliberativo do ISSA, que fez parte da comitiva ao CTM.

Os representantes do Sindicato e da Secretaria de Recursos Humanos foram informados de que é legal a prefeitura de Anápolis efetuar os pagamentos de salários referentes aos meses de outubro, novembro, dezembro e 13º do ano de 1.996, bem como aos meses de outubro, novembro, dezembro e 13º de 2.000.

Zeomar Gordo relata, que segun-

do o entendimento dos membros do TCM, não houve a prescrição pelos seguintes motivos: 1º) Salários de servidores públicos não prescrevem; 2º) A Prefeitura não respondeu aos Processos Administrativos Protocolados em 2.001; 3º) Durante os anos de 1996 a 2008, houve quitação desses salários atrasados a diversos servidores eleitos de forma arbitrária pela administração municipal.

Leia também nesta página reportagem sobre a questão das Horas Extras.



Zeomar esteve no TCM e ouviu o parecer pelo direito dos servidores

HORAS EXTRAS

“Servidores têm direito adquirido”, confirma TCM

Membros do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) se manifestaram com parecer favorável ao direito adquirido por vários servidores municipais de Anápolis, quanto à incorporação ao salário dos valores decorrentes de horas extras trabalhadas. A informação do TCM confirmou a posição do Sindicato em relação ao assunto.

A manifestação ocorreu na audiência do dia 27 de setembro, quando diretores do Sindianápolis e assessores da Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Anápolis buscaram aquela instância para embasar as reivindicações dos trabalhadores por seus direitos.

A presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, afirma que “desde jane-

iro de 2009, o Sindicato vem pleiteando junto à administração do município o pagamento das referidas incorporações de horas extras, em especial daquelas que já contavam com o deferimento da Procuradoria Municipal. Alguns dos servidores ora representados possuem deferimentos há mais de 12 anos, sem que o município quitasse os respectivos direitos desses servidores”, explica.

Regina de Faria acrescenta que “a consulta ao Tribunal de Contas decorreu do impasse estabelecido pela administração municipal, com base em interpretação equivocada por parte da Procuradoria quanto à incorporação legal daquele provento ao salário dos servidores que dele fazem jus”.

O parecer do TCM leva em consi-

deração também a súmula 372 do TST, que se baseia no princípio da estabilidade econômica do servidor.

RECORDANDO

O Sindianápolis tem demonstrado, através da Assessoria Jurídica, que, coincidentemente com a visão do TCM, o direito adquirido daqueles servidores já havia se consumado em 3 de maio de 2004, e que aqueles que entraram com ação judicial até essa data têm direito adquirido.

O próprio Tribunal de Justiça de Goiás vem decidindo que, a revogação da lei anterior, não pode retroagir para prejudicar direito adquirido.

Agora o TCM se manifestou a favor dos servidores, mas como a manifestação foi verbal, ainda há por parte do prefeito de Anápolis resistência em aceitar esse parecer. Consultado pela presidente do Sindianápolis, ele disse que só procederá as incorporações se a manifestação for feita de modo formal, isto é, por escrito.

FESTA DO SERVIDOR

Mais uma vez, a Festa do Servidor será realizada numa parceria entre a Prefeitura e o Sindianápolis. O evento ocorrerá no Centro Administrativo, na Avenida Brasil, 200. Às 8 horas do dia 27 de outubro será oferecido um café-da-manhã aos servidores municipais. A confraternização vai marcar a passagem do Dia do Servidor, a transcorrer no dia seguinte.

FUTEBOL

No sábado, dia 29 de outubro, das 8 às 17 horas, o Estádio Municipal Jonas Duarte sediará o “XXVII Torneio de Futebol de Campo - Dia do Servidor Público”. O certame é organizado pelo companheiro Gilmar Martins Ribeiro. Informações pelo telefone 8451-3525.

SERVIDOR, DIA 28 DE OUTUBRO É O NOSSO DIA.

Nesta data, a direção do Sindianápolis cumprimenta cada um e permanece na luta pelos direitos que são nossos.

“Pois também o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em resgate de muitos.” MARCOS (cap. 10)

Palavras da presidente

Caros Servidores,

Estamos no mês que comemora em todo o país o Dia do Servidor Público. O serviço público é uma das mais importantes tarefas de uma nação. Em Anápolis, somos os colaboradores diretos da construção de nossa história. A maioria dos servidores cumpre brilhantemente com o dever de trabalhar pela manutenção do patrimônio

público e pela coletividade.

Com certeza nenhum prefeito poderá oferecer um serviço público de qualidade sem a dignificação da vocação para a função pública de seus funcionários e, portanto, somos o maior patrimônio que a Prefeitura possui e devemos esperar ações que nos valorizem dia após dia.

Vivemos um momento de colheita da luta recente por salários em dia e valorização dos servidores.

Avançamos muito, mas muito ainda temos que conseguir na qualidade de nosso ambiente de trabalho e na possibilidade de crescimento profissional. É por isto que o SindiAnápolis busca sensibilizar a administração a priorizar os benefícios tão almejados para o atendimento de nossa saúde.

Infelizmente, ainda temos pendências que já deveriam, há muito tempo, estar resolvidas, tais como, os pagamentos de salários atrasados de 1996 e 2000, as incorporações de gratificação e horas extras,

os adicionais de insalubridade que foram drasticamente reduzidos, dentre outras.

Mais uma vez estamos com grande gratidão cumprindo nossa meta de divulgar nossas ações colocando-os informados do andamento das pendências frente à administração.

Este é seu espaço, esta é sua história, parabéns a todos pelo seu dia, lembrando sempre que:

Nenhum de nós é tão forte como todos nós juntos.

Grande abraço,



Regina de Faria Brito
Presidente

PLANO DE SAÚDE

A contratação de um plano de saúde para os servidores do município é uma bandeira do Sindianápolis e um desejo antigo do funcionalismo anapolino.

Para discutir o assunto, no dia 4 de outubro diretores do Sindianápolis e do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis (Sinpma), juntamente com a assessoria jurídica do Sindianápolis, reuniram-se com os representantes das operadoras Unimed e Plamheg.

Os sindicalistas indagaram sobre vários pontos e possibilidades que poderiam viabilizar ao município a contratação de um plano de saúde para os trabalhadores. Há forte resistência, por parte da Prefeitura, em assumir a responsabilidade pelo contrato e gestão de um plano junto a uma prestadora de serviços de saúde, pretendendo transferir a responsabilidade para o Sindicato.

“Até o presente, a única ação do Executivo restringiu-se à mudança no Estatuto do Servidor de forma a possibilitar o desconto em folha, sem contudo garantir a participação da Prefeitura no processo; o Sindicato não tem condições para administrar o convênio com uma operadora; mas se tivesse, não tem domínio sobre a transferência de valores

e verbas”, disse a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria.

Segundo Regina, “o Sindianápolis está aguardando uma posição do prefeito quanto ao apoio já solicitado, para que o município assumira a responsabilidade de gerir financeira e administrativamente um convênio”.

No dia 18 de outubro, em visita ao Sindianápolis, a secretária municipal de Recursos Humanos, Luzia Cordeiro, assumiu o compromisso de viabilizar um entendimento entre o Sindianápolis e o chefe do Executivo, para realização desse sonho que é uma necessidade dos funcionários.

Uma das questões levantadas pela secretária, refere-se ao limite de crédito consignado para cada servidor, que, segundo a lei, não pode ultrapassar de 30 % da remuneração. Regina de Faria disse que “essa restrição vai prejudicar grande parte dos servidores. Segundo informações, mais da metade dos funcionários municipais de Anápolis já têm seus vencimentos comprometidos.

“O objetivo é possibilitar o acesso dos trabalhadores a um plano que seja acessível a todos, principalmente aos de remuneração mais baixa”, afirma Regina de Faria.

Município poderá ter concurso ainda neste ano

Em visita ao Sindianápolis, no dia 17 de outubro, a secretária municipal de Recursos Humanos, Luzia Cordeiro da Silva Menezes, conversou com diretores do Sindicato sobre as várias reivindicações dos servidores, algumas delas antigas e que têm sido objeto de várias tentativas de solução por parte do Sindicato junto à Prefeitura.

A visita, que inicialmente seria de cortesia por parte da secretária, tornou-se, com a conversa, numa reunião de trabalho, em que foram abordados vários assuntos de interesse do funcionalismo, destacando-se a incorporação das horas extras, os salários atrasados de 1996 e 2000, a partição de massas do ISSA, e o plano de saúde.

Luzia Cordeiro assumiu o compromisso de levar ao prefeito o pedido de uma audiência para que estes assuntos sejam encaminhados e tenham uma solução satisfatória para o trabalhador.

Para a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, os dire-

tores receberam com muita satisfação a visita da secretária, “que está buscando estabelecer um canal de diálogo entre o setor administrativo da Prefeitura e Sindicato”, disse.

CONCURSO

Informação importante dada pela secretária de Recursos Humanos aos diretores do Sindianápolis foi a de que há previsão para um concurso público ainda neste ano. Segundo ela, a entrada de novos servidores, além de solucionar a falta de pessoal, beneficia o sistema previdenciário, porque “são funcionários que irão contribuir por mais tempo”, pondera.

“Trata-se de uma grande vitória, se sair mesmo o concurso”, disse Regina de Faria, “porque, desde o início de 2008 já enviamos diversos ofícios, até para o Ministério Público, solicitando concurso para suprir a carência funcional da administração central da prefeitura”, disse a presidente.



SindiAnápolis Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Anápolis

Filiado à NCST - Gestão 2010 a 2013

PRESIDENTE
Regina Maria de Faria Amaral Brito

VICE-PRESIDENTE
Agmar Beta de Melo
(Miryan Marques - suplente)

SECRETÁRIO GERAL
Odeval Nunes da Silva
(Marly Denadeti Nince - suplente)

TESOUREIRO
Ademir Silva Pereira
(Walkimar Agripino de Oliveira -
suplente)

CULTURA
Davison de Oliveira
(Glaby Cristina de Oliveira - suplente)

**DIRETOR DE IMPRENSA E
COMUNICAÇÃO**
Yuri Gargarin de Almeida
(Genuino de Souza - suplente)

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE
PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA**
Celso Oliveira Ribeiro
(Sula Ângela de Aquino Santos -
suplente)

**CONSELHO DE REPRESENTANTES
SINDICAIS**
Valdeci Ferreira Lemos
Francisco de Assis L. Oliveira
Roberto Luiz Pinheiro
Wesley Rodrigues de Souza

Vilmar Martins Ribeiro
José Silva
Constância P. S. Nascimento

CONSELHO FISCAL
Francisco Brás de oliveira
Rafael Gonçalves Leal
Norma Lins de Miranda
Tânia Modesto da Cunha
Wolney Santana dos Santos
Jacir de Souza e Bragança

ENDEREÇO
Av. Federal, s/nº - Feirão do São
Jorge - Anápolis - GO
Telefone (62) 3324-0490
sindianapolis@bol.com.br
sindianapolis.blogspot.com
www.sindianapolis.org

As matérias assinadas
não representam necessariamente a
opinião do Sindicato.

INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Laudo da perícia foi concluído no início de outubro

O laudo que resultou da perícia relativa ao Processo Judicial n.º 200704197817, em curso na Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos de Anápolis foi concluído no dia 3 de outubro, entretanto “ainda não foi protocolado na Justiça porque o Judiciário encontra-se de greve”. A informação foi dada pela presidente do Sindianápolis, Regina de Faria. O processo refere-se ao corte efetuado pela Prefeitura do Adicional de Insalubridade e Periculosidade de vários servidores.

A perícia realizada em diversos locais pela médica perita Katharina Cremonesi, designada pelo Judiciário, foi concluída no dia 12 de setembro e custou R\$ 4.200 (quatro mil e duzentos reais).

RECORDANDO

Conforme noticiado na edição anterior, dezenas de servidores públicos, devidamente amparados e assessorados pelo Sindianápolis e seu Departamento Jurídico, ajuizaram ação em face do Município de Anápolis, objeti-

vando impedir a perda dos índices de insalubridade ocorrida em 2006, quando a Prefeitura suprimiu o benefício Adicional de Insalubridade e Periculosidade de vários servidores.

Após cinco anos de idas e vindas, o Judiciário determinou a realização de perícia para alguns dos autores da ação. A perícia foi iniciada no dia 16 de junho em diversos locais relevantes para análise, como cemitérios, centro de zoonose, pátios dos setores de infraestrutura, CMTT, banheiros públicos, e outros.

O Sindianápolis, através do Departamento Jurídico, tentou por inúmeras vezes que o custeio do valor fosse feito pelo próprio município, ou pelo Poder Judiciário; no entanto, ficou determinado que o Sindicato terá de arcar com o ônus.

“Aguardamos com expectativa pelos resultados desta perícia. Agora, o sindicato espera que eles venham demonstrar a realidade das condições de trabalho dos servidores”, afirma a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria.

O MILAGRE DA HONESTIDADE

ZEOMAR GORDO

Certa vez estava eu (devidamente convidado) em reunião com uma Autoridade Municipal quando, após o encerramento da “dita-cuja” fui apresentado com uma caneta, cujo símbolo nada mais era do que o casamenteiro SANTOANTÔNIO.

Não, que a “doadora” quisesse insinuar que eu devia rezar para arrumar um casamento, até porque na minha idade nada mais consigo, a não ser o amor-de-carteira.

Todavia, não é de ver que surtiu efeito o tal presente, pois, após usar a “canetinha” numa reunião (devidamente convidado) no Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios em Goiânia, a notícia que nos foi dada pelas COMPETENTES CONSELHEIRAS do então TRIBUNAL, foi a seguinte:

É legal a Prefeitura de Anápolis efetuar os pagamentos de salários referentes aos meses de outubro, novembro, dezembro e 13 do ano de 1.996, bem como são legais os pagamentos de outubro, novembro, dezembro e 13 do ano 2.000.

E ainda. As Doutoradas em Leis, tiveram a simpatia e a honestidade de afirmarem por que não houve a famigerada prescrição:

1º) - Salários de Servidores (empregados) não prescrevem;

2º) - A Prefeitura NÃO respondeu aos Processos Administrativos Protocolados em 2.001;

3º) - Houve durante os anos de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 pagamentos feitos aos não devotos de Santo Antônio.

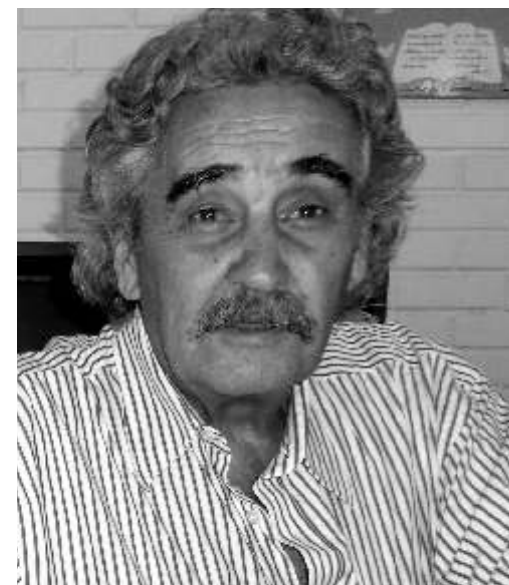
Portanto a famigerada prescrição poderia até se manifestar após ano de

2.008, ou seja em 2.013.

Mudando de assunto, eu tenho certeza, e confio não só em Santo Antônio, mas também no Douto Prefeito Antônio, pois o mesmo procurava um amparo legal, pois aí está o SINAL-VERDE.

Como o nosso Prefeito Antônio, acompanhou nossa via-sacra durante ONZE (11) anos, pois foi Vereador neste período, ou seja, de sua sala na Câmara Municipal nós fizemos o nosso Muro das Lamentações.

Hoje, que estou escrevendo esta lamúria, é dia 28 de setembro de 2.011, e apesar de não ter sido convidado para a COMEMORAÇÃO DOS 1000 DIAS DE UM GOVERNO VITORIOSO do Prefeito Antônio, quero pedir ao Santo Antônio que me mantenha vivo mais 1.550 dias, para que eu possa comemorar a batalha VITORIOSA do Prefeito Antônio com



muito mais alegria do que a festa dos 1.000 dias.

Zeomar Gordo

é vice-presidente da AFAPEMA (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Anápolis)

O QUE SERÁ DO ISSA? REPARTIRÃO AS MASSAS?

MYRIAM MARQUES

A problemática envolvendo a Previdência Social pode ser compreendida como uma questão em nível nacional e se reflete diretamente nos municípios, o que não poderia ser diferente em nossa cidade.

A questão do ISSA (Instituto de Seguridade Social de Anápolis) é parte integrante desta emblemática e não tem recebido a atenção necessária por parte das autoridades competentes que insistem em afirmar que há problemas muito maiores na cidade para resolver. Ouvimos o então o secretário municipal da Fazenda afirmar que “fazer asfalto hoje é muito mais importante do que se preocupar com o futuro dos trabalhadores aposentados”. Isso é, no mínimo, incoerente com o ideário das bandeiras trabalhistas.

O trabalhador funcionário público sai de casa todos os dias para o trabalho, cumpre com suas obrigações e horários pré-estabelecidos, realiza uma trajetória cotidiana pesada, enfrenta barreiras diárias, as quais produzem sintomas físicos muito próximos ao patológico, causando males irremediáveis.

No entanto, na arena da sociedade capitalista o homem trabalhador funcionário público é apenas um ponto negro no grande mercado.

Um dia ouvi da boca de um líder governista a afirmação de que ele

teria “uma cidade inteira para cuidar, e jamais poderia perder tempo com minúcias”

No entanto, caros leitores, o nome desta a que ele se referiu como minúcia, faz parte do recurso humano que contribui para o cuidado com esta CIDADE. Estas minúcias são gente, é povo, são trabalhadores que contribuem para que esta mesma cidade prospere. Imaginem vocês uma cidade fantasma, sem pessoas, sem gente para pisar no asfalto, sem gente para sentar nas belas praças, sem gente para caminhar nas alamedas e desfrutar dos benefícios construídos sobre as lápides de centenas de trabalhadores que foram denominados de minúcias.

Diante do quadro angustiante e severo que ora se apresenta, alguns fingem não perceber e ou reconhecer a necessidade urgente de valorizar o humano e as virtudes naturais de cada um. Ao contrário, o que vemos é um festival de máscaras e artificialidade, onde prevalecem os interesses meramente individuais em que valorizam aqueles que de algum modo são importantes na esfera dos acordos políticos.

Para dar maior agilidade ao trabalho, foi criado um retil, onde a ovelha máster lidera o rebanho de modo a lançá-los no abismo em um futuro bem próximo. Esta ovelha (ou lobo) é escorregadia, ensaboada como ninguém. Adivinhem de que lado ela



está? Do lado das companheiras ovelhinhas? Ou do proprietário da FAZENDA? Pergunta difícil hem!

Não dá para prever o que mais pode ser manipulado pelas forças dominantes, haja vista que contra a força não há argumento. É incrível a forma em que se operam as coisas, atropelando os direitos dos indivíduos de modo tal que controla até mesmo o direito à argumentação. A própria lei é utilizada de modo tal que favorece também aos interesses dos dominadores. Atenção aposentados e trabalhadores funcionários públicos, estão mudando a Lei Previdenciária do ISSA. Precisamos ficar atentos. Isso é grave e não pode ser entendido como simples minúcias no bolo maior que é a cidade de Anápolis.

Myriam Marques é professora Ms, membro do Conselho Municipal de Previdência Social.

Servidores sindicalizados já podem comparecer ao Sindianápolis munido de seus documentos pessoais, contracheque e uma foto 3 x 4 para confecção das carteirinhas do Sindicato.

EMPRESAS CONVÊNIDAS AO SINDIANÁPOLIS

Drogaria Nacional

Avenida Pedro Ludovico nº 553 – centro
Telefone: 3099 4009

Droga Master

Avenida Fabril nº 200 – vila fabril
Telefone: 3388 3100

Laboratório Bioclinico – Dr Roberto Salomão

Avenida Barão do Rio Branco 1246 – centro
Telefone: 3311 3409

Laboratório Atalaia

Rua Coronel Batista 83 – centro
Telefone: 33214023

Ótica Santa Luzia

Rua Manoel D’ Abadia nº 255 – centro
Telefone: 3324 0828

Laboratório Nossa Senhora Aparecida

Rua Cel. Batista, nº 29 - centro
Telefone: 3311 1011

Tratamento Odontológico Gratuito

Sindianápolis
Horário de Atendimento: das 6h30min às 8 horas, de segunda a sexta-feira.

Jóquei Clube de Anápolis

BR 060, km 124 - Bairro de Lourdes

GALPÃO DA VILA GOIÁS

Ofício denuncia riscos aos servidores e contribuintes

Três meses depois de o Sindianápolis comunicar à Prefeitura, através de ofício, sobre as más condições de trabalho, higiene e risco de vida no recinto em que atuam várias secretarias, no bairro Vila Goiás, até o encerramento desta edição os problemas continuavam.

Em ofício encaminhado no dia 7 de julho, o Sindicato alertou sobre várias irregularidades que colocam em risco a integridade física dos servidores lotados naqueles órgãos, e, inclusive, dos contribuintes que ali buscam atendimento.

O “Sindicato, como veículo da indignação dos servidores que trabalham naquele local, sugere que seja feito um laudo com o Corpo de Bombeiros e com a Vigilância Sanitária”. O galpão já foi entreposto da Rede Ferroviária Federal. Há dez anos passou a servir de recinto funcional, sem qualquer adequação além da adaptação de paredes divisórias.

O ofício refere-se também às condições da instalação elétrica, dizendo que “as mudanças constantes e sem planejamento do posicionamento das

divisórias e respectivas adaptações do posicionamento das luminárias deixam expostos os condutores, provocando riscos de curto circuito”. A instalação de “condicionadores de ar, pendurando disjuntores sem tampas nos quadros representa risco de vida”. Também “toda a fiação deveria estar tubulada, para evitar risco de incêndio”, mas não está.

Além disso, diz o ofício, “a gravidade se acentua quando os contribuintes que se utilizam deste espaço público vêm para conseguir alvará de construção para os



seus projetos, que devem estar de acordo com as normas e leis do município”.

Velho galpão da extinta RFFSA aloja várias secretarias, sem qualquer adequação

ISSA: Sindianápolis alerta sobre o prazo para partição

A direção do Sindianápolis continua apreensiva quanto às medidas a serem adotadas pela chefia do Executivo sobre a partição de massas do Instituto de Seguridade Social de Anápolis (ISSA). O assunto refere-se à iniciativa determinada pelo Ministério da Previdência Social, para viabilizar o funcionamento dos institutos de aposentadoria e pensão dos servidores públicos.

Da forma como está hoje, o ISSA encontra-se com sérios problemas para continuar honrando com suas dívidas no futuro quanto ao pagamento aos aposentados.

A determinação daquele ministério é para que o município decida ainda no ano de 2011, sobre um ponto de corte, separando para efeito administrativo os servidores ativos em duas partes (antes e depois de uma data definida pela administração municipal).

Essa data deve ser definida pela Prefeitura em acordo com o Conselho Deliberativo do ISSA. Caso isso não seja feito até o dia 31 de dezembro, a Prefeitura perde o Certificado de Registro Previdenciário (CRP), o que impedirá o município de receber verbas federais.

SINDICATO JÁ COMUNICOU

A presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, informa que “já foram enviados vários ofícios pelo Conselho Deliberativo do ISSA ao prefeito, mostrando a preocupação em relação ao assunto, mas até o momento não houve resposta”, diz Regina.

A direção do Sindicato aguarda com expectativa pela decisão do prefeito, “porque se trata de assunto que afeta diretamente todo o funcionalismo ativo e inativo, e não estamos trabalhando aqui só por dois ou três anos; no futuro todos estaremos aposentados. E daí, se não houver como receber por falta de condições econômico-financeiras do Instituto?” - pergunta Regina.

ENTENDENDO O PROBLEMA

Em reunião do ISSA realizada no dia 20 de julho deste ano, foi feita apresentação de uma avaliação atuarial, que demonstrou que “a arrecadação dos descontos dos servidores em geral, e da arrecadação do patronal, tendo em vista todas essas pessoas seguradas ao longo da vida, o ISSA não terá dinheiro para pagar os segurados. Esta situação exige uma ação emergencial para dar equilíbrio ao instituto,

pois ao longo deste período não haverá recurso para pagar os segurados.

Grande parte das contribuições são hoje utilizadas para pagar os segurados. O déficit em 31/12/2010 era de R\$ 718,53 milhões. Desde a criação do regime próprio de previdência dos servidores da Prefeitura de Anápolis nunca houve capitalização que constituísse uma reserva financeira.

De acordo com as possibilidades analisadas, optou-se pelo modelo de partição, também chamado de “segregação” ou “segmentação de massa”, que divide os segurados atuais em dois grupos ou regimes.

1) - Regime de capitalização, que possibilita a contribuição ser acumulada e investida através de poupança. 2) - Regime de caixa, no qual após a arrecadação da contribuição os benefícios são pagos e o que faltar é complementado pela Prefeitura. Esta opção é a mais viável, e o que está em discussão é a data de corte que definirá quantos servidores ficam em um regime ou noutro. Foram apresentados quatro cenários com data de cortes, a saber:

- 01/08/2011
- 01/01/2004
- 01/01/1999

- 01/01/2009

O Conselho Deliberativo do ISSA decidiu aceitar a sugestão do atuário (profissional especializado em seguro social) para a proposta com data de corte em 01/01/2004, por ser esta a opção mais vantajosa pra os servidores.

Esta data é de admissão dos servidores e determina quem fica no “regime de caixa/financeiro” ou no “regime previdenciário/capitalização” lembrando que a Prefeitura é a responsável pelo regime geral de previdência social dos servidores, independentemente do grupo. A diferença é que no regime previdenciário poderá haver poupança. Já de imediato a Prefeitura tem que dar o aporte financeiro complementar para o pagamento dos benefícios que poderá em poucos anos chegar a níveis insustentáveis, se o sistema continuar como está hoje.

“Estamos aguardando uma reunião com o prefeito porque, segundo o posicionamento do secretário municipal da Fazenda, ‘administrar é fazer praças e asfaltar ruas; já cuidar da Previdência é perder tempo com minúcias’. Discordamos radicalmente com esse posicionamento”, diz a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria.

NCST de Goiás tem nova diretoria

Durante o II Congresso Estadual da Nova Central Sindical de Trabalhadores de Goiás (NCST), realizada no dia 26 de Agosto de 2011, foi eleita a nova diretoria da entidade, com a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, assumindo a Diretoria da Mulher. A presidência regional coube ao companheiro Mauro Zica.

Na foto, Regina de Faria, José Calixto Ramos, presidente nacional da NCST (c), e Mauro Zica, presidente regional.

FESSPUMG

No dia 11 de outubro realizou-se a eleição da Federação das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Municipais do Estado de Goiás (FESSPUMG), na qual foi eleito presidente Mauro Zica Júnior. Regina de Faria ocupa a 1ª Secretária. Para Regina, “este vínculo entre o Sindianápolis, a Federação e a Confederação só vem fortalecer ainda mais a nossa luta”, diz.



Regina, José Calixto Ramos, presidente nacional, e Mauro Zica Júnior (d), novo presidente regional



**Federação das Entidades
Sindicais dos Servidores
Públicos Municipais do
Estado de Goiás**



**NOVA CENTRAL
SINDICAL DOS TRABALHADORES**

**UNICIDADE
DESENVOLVIMENTO
JUSTIÇA SOCIAL**